

Fórum de Finanças Sustentáveis destaca papel estratégico dos seguros e das finanças na transição climática

Representantes do governo, de organismos internacionais e do setor privado se reuniram, nesta quarta-feira (12), no “Fórum de Finanças Sustentáveis na COP30”, para discutir caminhos concretos de financiamento da transição ecológica e o fortalecimento do papel do sistema financeiro na construção de uma economia de baixo carbono.

O encontro ocorreu na Casa do Seguro, em Belém (PA), promovido pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) em parceria com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A convergência necessária entre finanças e sustentabilidade

Na sessão de abertura, o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, destacou que o setor de seguros tem se posicionado como um elo essencial entre o financiamento e a adaptação climática.

“Não há transição possível sem instrumentos financeiros e de seguros que deem suporte à mudança. O desafio é alinhar a proteção do capital com a proteção do planeta”, afirmou.

Ele ressaltou ainda que a Casa do Seguro, durante a COP30, simboliza esse esforço de aproximar o mercado segurador das agendas globais de sustentabilidade, criando um espaço de diálogo e de proposições conjuntas com os demais atores financeiros.

O presidente da Anbima, Carlos José da Costa André, observou que a sustentabilidade já se consolidou como vetor estratégico dos investimentos. “A transição ecológica é também uma transição de valores e de métricas. É preciso que o capital trabalhe a favor do futuro”, defendeu.

O presidente do Conselho Diretor da Febraban, Luiz Carlos Trabuco, reforçou o papel do sistema bancário como catalisador de boas práticas. “Estamos diante de uma transformação civilizatória, e o sistema financeiro precisa ser protagonista, induzindo comportamentos e premiando a responsabilidade ambiental.”

O Plano de Transformação Ecológica e o papel das finanças

O primeiro painel, “Plano de transformação ecológica: contribuições do setor financeiro”, trouxe uma discussão ampla sobre as diretrizes do plano conduzido pelo Ministério da Fazenda e sobre como o sistema financeiro pode acelerar sua implementação.

A embaixadora Tatiana Rosito, secretária de Relações Internacionais do Ministério da Fazenda, enfatizou que o plano representa uma nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil, combinando crescimento econômico com regeneração ambiental.

“Não é apenas uma agenda verde, é uma agenda de competitividade. O Brasil tem condições únicas para liderar a economia da transição”, afirmou.

Nos debates, Dan Ioschpe, high-level champion do Brasil na COP30, ressaltou a importância da cooperação entre empresas e governos para transformar metas em resultados concretos.

Denise Pavarina, conselheira consultiva do capítulo brasileiro da GFANZ, destacou o papel dos investimentos privados na ampliação do impacto. “O capital privado precisa ser mobilizado para destravar a escala necessária. Isso exige métricas, transparência e confiança.”

Remco Fisher, líder de clima da UNEP-FI, chamou atenção para a necessidade de integração das políticas financeiras e ambientais.

O painel foi moderado por Cacá Takahashi, diretor da ANBIMA e coordenador da Rede de

Sustentabilidade da entidade, que sintetizou o debate lembrando que “o plano ecológico só será viável se for também um plano econômico”.

Financiando a transição climática

No segundo painel, “Investimentos sustentáveis: financiando a transição climática”, os especialistas abordaram os desafios de alinhar o sistema financeiro aos compromissos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Para Luiz Gabriel Todt de Azevedo, diretor-gerente da Divisão Socioambiental e de Governança do BID Invest, o financiamento verde deve ser visto como oportunidade de prosperidade. “A transição climática não é um custo, é uma avenida de crescimento. Mas ela requer coordenação entre regulações, incentivos e inovação.”

Na sequência, Butch Bacani, head de seguros do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP Fi), defendeu que o setor segurador tem papel singular em precificar riscos e orientar investimentos.

Isabela Maia, chefe da Gerência de Sustentabilidade do Banco Central do Brasil, destacou o avanço da regulação financeira verde no país e lembrou que “a sustentabilidade já é parte das diretrizes de estabilidade financeira”.

Tamsin Ballard, chief Investor Initiatives Officer do PRI, ressaltou o potencial de mobilizar capital global para ativos brasileiros. O painel foi moderado por Amaury Oliva, diretor-executivo de Sustentabilidade da Febraban, que destacou a urgência de “tornar o discurso financeiro compatível com o tempo da crise climática”.

Florestas no centro das finanças sustentáveis

Encerrando o Fórum, o painel “Florestas no centro das finanças sustentáveis: impulsionando desenvolvimento e resiliência climática” trouxe o olhar sobre a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas como parte central da agenda financeira.

A secretária extraordinária do Mercado de Carbono do Ministério da Fazenda, Cristiana Reis, observou que o financiamento florestal é uma condição para o cumprimento das metas climáticas do país. “Precisamos transformar as florestas em ativos de valor reconhecido pelo sistema financeiro”, afirmou.

Entre os debatedores, Garo Batmanian, diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, destacou a importância de ampliar instrumentos de crédito e garantias para projetos de restauração.

Lígia Jesi, coordenadora de Regulação do Sistema Financeiro da Secretaria de Reformas Econômicas, abordou as novas exigências da Política Nacional de Mudanças Climáticas, enquanto Luciana Galan, da IFC, reforçou o papel do investimento privado em estruturar projetos de impacto mensurável.

Marcus Cardoso, chefe do Departamento de Meio Ambiente do BNDES, completou dizendo que “as florestas devem estar no centro das finanças, não nas margens”.

A mediação foi conduzida por Luciana Dall’Agnol, superintendente de Sustentabilidade da CNseg, que encerrou o encontro ressaltando a necessidade de articulação entre o setor público, privado e sociedade civil para destravar o financiamento climático em escala.

Um novo pacto entre finanças, seguros e clima

Ao final do Fórum, a mensagem foi clara: a transição climática exige um novo pacto entre os setores financeiro, segurador e produtivo, capaz de unir inovação, regulação e propósito. Como afirmou Dyogo Oliveira, “o futuro das finanças sustentáveis não é um futuro distante, ele está

sendo construído agora, com a responsabilidade de todos os que compreendem que não há desenvolvimento sem sustentabilidade”.

Integridade da Informação e IA: o novo pilar da confiança no setor de seguros

Setor consolida programas de governança de dados, auditoria algorítmica e transparência digital em 2025

- A integridade da informação tornou-se um dos temas centrais da transformação digital do mercado segurador brasileiro
- Após a consolidação de novas regras de regulação, auditoria e uso de inteligência artificial, o setor atinge em 2025 um nível inédito de maturidade em governança, compliance e proteção de dados - pilares fundamentais para a confiança e a competitividade no ambiente digital

Governança e proteção de dados: maturidade acima de 90%

Cerca de 96% das grandes seguradoras já possuem programas formais de governança de dados, com DPOs nomeados e certificados, mapeamento de fluxos informacionais e relatórios de impacto à proteção conforme a LGPD e as recomendações da ANPD.

Esse avanço reflete o amadurecimento regulatório e corporativo: a integridade da informação passou de exigência legal a diferencial estratégico de mercado.

Integridade é mais do que conformidade, é uma vantagem competitiva para quem entende que transparência e confiança são ativos econômicos

Sanções e autuações: o rigor da ANPD em 2025

Entre janeiro e junho de 2025, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) aplicou mais de 120 autos de infração por falhas de governança e integridade, totalizando R\$ 45 milhões em multas.

O setor de seguros aparece entre os segmentos mais autuados, ao lado de bancos e plataformas digitais.

As penalidades podem chegar a 2% do faturamento anual da empresa infratora, reforçando a importância de auditorias preventivas, rastreabilidade e cultura de conformidade.

IA e auditoria algorítmica: transparência e ética digital

De acordo com a Susep, cerca de 80% das seguradoras de grande porte já realizam auditorias de IA em subscrição, precificação e gestão de sinistros.

Essas auditorias incluem relatórios de viés algorítmico, trilhas de auditoria completas e revisões periódicas de integridade técnica, permitindo rastrear decisões automatizadas e comprovar responsabilidade algorítmica.

O projeto de lei brasileiro sobre regulação da IA, em tramitação final no Congresso, prevê multas de até R\$ 50 milhões por falhas graves de integridade ou até 2% do faturamento em casos de descumprimento da responsabilidade algorítmica.

A ética algorítmica e a explicabilidade da IA tornaram-se parte essencial do compliance e da reputação corporativa no setor de seguros

Crescimento e impacto econômico da integridade digital

A transformação tecnológica e regulatória anda lado a lado com o crescimento econômico do setor:

- +4,2% de aumento na arrecadação total no primeiro semestre de 2025
- Seguros de danos atingiram R\$ 69,1 bilhões (+7,9%)
- Seguros de pessoas ultrapassaram R\$ 37 bilhões (+8,4%)
- Títulos de capitalização cresceram 12%, chegando a R\$ 16,9 bilhões

O avanço em compliance, automação e auditoria digital contribuiu diretamente para eficiência operacional, redução de riscos e aumento de confiança - tanto entre investidores quanto entre consumidores.

Fusões, tecnologia e cultura de integridade

O primeiro semestre de 2025 registrou um recorde de fusões, aquisições e adoção de IA no mercado segurador.

Novas plataformas de rastreamento, workflow digital e governança integrada ampliaram o controle e a segurança de dados sensíveis, permitindo auditoria contínua e interoperabilidade entre sistemas.

O conceito de “governança como serviço”, aliado a modelos de integridade preditiva, está redesenhando a forma como seguradoras monitoram riscos e protegem informações críticas.

Integridade da informação é hoje o núcleo da resiliência digital, o elo entre inovação, confiança e sustentabilidade empresarial

Resumo Quantitativo 2025

Indicador	Resultado
Seguradoras com programas formais de integridade	96%
Autos de infração aplicados pela ANPD (jan-jun/2025)	120+
Valor total das multas	R\$ 45 milhões
Crescimento de arrecadação do setor (1º semestre)	+4,2%
Seguradoras com auditoria algorítmica implantada	80%
Multa máxima por falha de IA	R\$ 50 milhões ou 2% do faturamento

Esses números refletem uma mudança estrutural: a integridade informacional não é mais apenas um requisito legal, mas um ativo central de competitividade e reputação no setor de seguros.

Como as mudanças climáticas estão redefinindo o setor de seguros

O novo paradigma dos seguros demanda uma integração sistêmica entre modelagem climática, inovação tecnológica, incentivos econômicos e políticas preventivas. A transformação digital do setor e o fortalecimento de estruturas de governança climática são fundamentais para apoiar a continuidade dos negócios, proteger vidas e reforçar a resiliência das cadeias produtivas essenciais diante da crise climática global

- O aumento dramático na frequência e intensidade dos desastres naturais impõe um novo paradigma ao mercado de seguros, especialmente em segmentos de grandes riscos, como agronegócio, infraestrutura, saúde, energia e transporte

- Esses setores, essenciais para a resiliência coletiva, estão entre os mais vulneráveis às variações climáticas e exigem estratégias inovadoras de proteção, capazes de ir além dos modelos tradicionais de precificação e cobertura
-

Contexto e dados brasileiros

Em 2023, o Brasil registrou 1.161 desastres naturais, sendo 716 hidrológicos (enchentes, transbordamentos) e 445 geológicos (deslizamentos), uma média de três ocorrências por dia, segundo o Cemaden.

O déficit de proteção securitária é alarmante:

- Na tragédia do Rio Grande do Sul, apenas 5% das perdas foram cobertas por seguros
- Menos de 15% dos ativos localizados em áreas de risco possuem cobertura
- Globalmente, em 2024, perdas por eventos extremos atingiram US\$ 368 bilhões, e somente 40% estavam seguradas

Esses números expõem a urgência de ampliar a penetração do seguro, fortalecer mecanismos públicos e privados de proteção e desenvolver novos instrumentos de mitigação e adaptação climática.

Inovação e modelagem climática avançada

O setor de seguros está migrando de abordagens reativas para estratégias preditivas, com o uso de:

- Modelagens climáticas baseadas em IA e machine learning
- Big data para precificação de riscos emergentes
- Sistemas de sensoriamento remoto e inteligência climática

Em agosto de 2024, o Brasil lançou o primeiro modelo preditivo nacional de inundações, já utilizado por mais de 20 empresas e confederações para ajustar prêmios e ampliar coberturas em regiões críticas.

- Novos produtos e soluções incluem:
- Seguros paramétricos, que indenizam automaticamente com base em índices climáticos
- Apólices que remuneram boas práticas ambientais
- Coberturas flexíveis para riscos de transição e adaptação climática

O paradigma do seguro muda da reparação para a prevenção - e da reação para a previsão

Cadeias de valor e continuidade dos negócios

Agronegócio

A produção tropical brasileira é altamente exposta a estresses térmicos, hídricos e nutricionais. O uso de big data, inteligência climática e apólices customizadas tornou-se essencial para proteger produtores, cooperativas e exportadores em um cenário de variabilidade climática crescente.

Infraestrutura

A resiliência logística e energética depende de seguros especializados, planos de continuidade de negócios e integração entre políticas industriais e ambientais. Novos modelos de seguro integrado a cadeias produtivas críticas - como transporte, energia e

saneamento - já estão sendo testados com apoio de insurtechs e consultorias técnicas.

Incentivos, governança e regulação

A inovação regulatória é um dos pilares do novo paradigma. Reguladores e instituições financeiras demandam:

- Integração de dados climáticos em auditorias e precificação de risco
- Revisão de normas de construção e infraestrutura urbana
- Educação em cultura de risco e seguro climático
- Transparência na mensuração de emissões e perdas ambientais

A entrada de insurtechs e a cooperação público-privada têm acelerado soluções inclusivas, com foco na universalização da proteção e no apoio à transição justa.

O seguro deixa de ser apenas um instrumento financeiro — e passa a ser ferramenta estratégica de adaptação climática e resiliência social.

Do campo ao clima: como a COP30 coloca a equidade alimentar no centro da transição verde

Conferência reforça o papel de agricultores familiares e comunidades tradicionais na construção de sistemas alimentares justos e resilientes

- A COP30, realizada em Belém, coloca a alimentação e a equidade social no centro do debate climático
 - As discussões mostram que combater a fome, fortalecer a resiliência climática e garantir justiça social só será possível com agricultores familiares, povos tradicionais e comunidades pesqueiras como protagonistas das políticas públicas
-

Agricultura familiar: pilar da produção e da inclusão

O Brasil possui 3,9 milhões de unidades familiares, responsáveis por 67% dos postos de trabalho rurais e 10,1 milhões de ocupações no campo.

Mesmo ocupando apenas 23% das terras agrícolas, elas garantem boa parte dos alimentos frescos e sustentáveis que chegam à mesa dos brasileiros.

Programas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) têm sido decisivos para promover inclusão produtiva e renda, determinando que as escolas públicas comprem alimentos diretamente da agricultura familiar.

Em 2025, 24 estados e 54,9% dos municípios brasileiros adquiriram alimentos da agricultura familiar via PAA, um avanço que fortalece as cadeias curtas de produção, aproxima produtores e consumidores e incentiva a economia local.

A agricultura familiar não é apenas produção, é cultura, segurança alimentar e sustentabilidade econômica para milhões de brasileiros

Segurança alimentar: avanços e desafios

O país reduziu a insegurança alimentar de 27,6% para 24,2% dos domicílios entre 2024 e 2025, retirando 2,2 milhões de famílias da privação alimentar.

Os avanços são resultado da integração entre agricultura familiar, programas escolares, cozinhas solidárias e políticas públicas locais.

Mas ainda há desafios:

- 18,9 milhões de famílias convivem com algum grau de insegurança alimentar
- 2,5 milhões enfrentam fome grave, concentradas entre indígenas, quilombolas, ribeirinhos e mulheres rurais

Esses dados reforçam que a segurança alimentar é também um tema de equidade de gênero, território e justiça climática.

Pesca artesanal e justiça alimentar

A pesca artesanal desponta como aliada da inclusão produtiva e da alimentação saudável. Graças a incentivos do PNAE, o pescado artesanal já chega a 200 kg/mês em escolas municipais, garantindo proteína de qualidade, geração de renda e protagonismo para mulheres pescadoras.

Em Remanso (BA), a integração do pescado artesanal às políticas de alimentação escolar transformou a cadeia pesqueira local, fortalecendo a cultura alimentar e a economia solidária.

COP30 e a “Declaração de Belém”: compromissos pela equidade alimentar

A “Declaração de Belém”, liderada pelo Brasil, consolidou o compromisso de colocar o combate à fome e o fortalecimento dos pequenos produtores no centro das negociações climáticas.

Os países signatários se comprometeram a:

- Ampliar políticas de proteção social sensíveis ao clima
- Garantir transições justas para agricultores familiares e comunidades tradicionais
- Fortalecer a resiliência das cadeias produtivas locais

Durante o evento, 143 toneladas de alimentos provenientes da agricultura familiar foram distribuídas à sociedade civil presente na COP30: uma demonstração concreta da capacidade produtiva e logística do setor.

No Mutirão pelo Clima, propostas sobre pesca e aquicultura sustentável foram as mais votadas, influenciando a agenda nacional de segurança alimentar e valorizando a sociobiodiversidade brasileira.

Políticas públicas e soluções em rede

Programas como o LUPPA (Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares), o PNAE Agroecológico, o Alimenta Cidades e os restaurantes populares mostram que a integração entre governos locais, sociedade civil e comunidades tradicionais é o caminho para sistemas alimentares mais justos e resilientes.

A assistência técnica rural, a segurança sanitária e a valorização cultural dos alimentos precisam caminhar juntas, garantindo soberania alimentar e equidade social.

A justiça climática começa no prato: fortalecer quem produz é o primeiro passo para alimentar o futuro com sustentabilidade e dignidade

Fonte: CNseg, em 12.11.2025